

Antigos em Hobbes: estilo ou essência na argumentação?

DÉBORA REGINA VOGT¹

O presente trabalho, parte da dissertação de mestrado que neste momento desenvolvo, pretende mostrar, preliminarmente, qual o sentido e quais são os principais usos da Antiguidade no *Behemoth*, obra histórica de Thomas Hobbes. Para a inteligibilidade do presente texto, o dividirei em três partes. Na primeira, desejo apresentar autor e obra ao leitor, procurando demonstrar como ambos se relacionam e em que contexto biográfico o livro se insere. Na segunda, procuro mostrar o contexto maior de textos no qual as referências aos antigos encontram-se, ou seja, o humanismo, renascimento e sua busca de referenciais na Antiguidade, em outras palavras, o “mundo intelectual” no qual o filósofo estuda, pensa e escreve. Na terceira e última parte apresento diversos trechos em que as referências encontram-se, as divisões as quais submeti o texto e quais conclusões o texto nos permite desenhar.

Thomas Hobbes, juntamente com Maquiavel, Galileu, Rousseau, Francis Bacon, entre outros, é colocado como um dos grandes nomes da modernidade ocidental. Conhecido por suas teorias a respeito do poder soberano e da natureza humana, o pensador é presença constante em livros didáticos e em disciplinas de Filosofia, Ciência Política e História. Ele está em nosso *Panteon* acadêmico e é arrolado como um dos grandes pensadores e idealizadores do Estado moderno, pré-configuração do que será, posteriormente, o Estado como nós conhecemos hoje.

Como presença constante em manuais de Filosofia e de Ciência Política, estudiosos de Hobbes criaram definições didáticas com o objetivo de facilitar a apreensão de um autor múltiplo como é o filósofo. Assim, ao se estudar o pensador, alguns pressupostos são afirmados como “dados”, “prontos”, através dos quais se pensa e se analisa seus textos. Fruto da modernidade e da crença que essa traz em relação à razão, juntamente com seu uso do método hipotético dedutivo, Hobbes se colocaria

*UFRGS, Mestranda, Capes

como um dos rompedores da tradição medieval, muito inspirada em Aristóteles, que até então marcava as universidades. Seu desejo era criar uma Ciência da Moral e da Política, já que, segundo ele, as opiniões são variáveis como diferentes são os homens. Sua construção de uma Ciência Moral estaria pautada no modelo da Ciência Natural. Desta forma, os modelos de Hobbes são laicos e diferem dos aristotélicos em sua essência, já que não pressupõem o homem como animal político.

Entretanto, se Hobbes via a si mesmo como alguém que estava longe de vários de seus contemporâneos, admiradores das teorias de Aristóteles, vários desses elementos que ele contestou e discordou são a base conceitual através do qual pensou, leu e escreveu. Ou seja, mesmo que o filósofo seja arrolado por nós no quadro dos “modernos” em nossos livros didáticos e aulas, as definições são limitadas em relação a possibilidades de explicação de um autor múltiplo como é Hobbes. O pensador era um moderno, mas também era um humanista, era um seguidor e admirador das novidades trazidas pelos novos conhecimentos científicos, mas também era um admirador de Tucídides e de outros escritores antigos. Escreveu textos sobre geometria, sobre filosofia, sobre as ciências naturais, procurou criar uma ciência moral e também escreveu história, como faziam os humanistas em sua época. Embora, por recursos didáticos, tenhamos por costume “encaixotar” pensadores em definições de modo a facilitar atentamente, fogem de nossas pré-definições.

Diferente dos livros tradicionalmente estudados do pensador, *Behemoth ou o Longo Parlamento* não é uma obra teórica, é um relato sobre a Revolução Inglesa. Escrita no final da vida de Hobbes, em 1668, ela só teve publicação oficial após a morte do filósofo. Ele queria vê-la publicada, mas, ao pedir autorização a Carlos II, seu ex-aluno, ela foi negada. No entanto, várias cópias circulavam na Inglaterra, mesmo sem o consentimento do autor (TÖNNIES, 2001, p. 25- 29). A primeira edição só sairia três anos após a morte do filósofo, por seu amigo e editor William Crooke. Foram quatro os manuscritos deixados pelo filósofo, só um recebeu revisão, o de Ferdinand Tönnie, publicado em 1889 e traduzido para o português em 2001 por Eunice Ostrensky.

Nesta obra, Hobbes curiosamente, mas não sem razão, utiliza-se de uma metáfora bíblica. A contraposição ao *Leviatã* é evidente e embora na Bíblia não haja uma clara

valorização dele² em relação ao Behemoth, Hobbes desejava demonstrar aos seus contemporâneos as duas situações em que a sociedade poderia se encontrar. A linguagem bíblica é, neste caso, um vocabulário comum, compartilhado pelos leitores de seu discurso. Além do próprio título, o livro, assim como outros, é cheio de referências bíblicas. Num ambiente modificado pela reforma e suas consequências, tais como a leitura da Bíblia em vernáculo, o pensador intervêm num debate que se refere aos direitos naturais e a legitimação dos atos políticos através de uma linguagem teológica.

Da mesma forma que seu texto debate constantemente com personagens como jesuítas, puritanos, luteranos e anglicanos, por meio das referências bíblicas, Hobbes utiliza-se de outro elemento de persuasão: a referência aos antigos. Eles estão presentes em boa parte de sua narrativa para os mais diversos fins. Assim, se, por um lado, Hobbes ataca os oradores sediciosos que se inspiravam na democracia grega, por outro, ele utiliza-se de exemplos da Antiguidade para mostrar como certas estruturas se repetem e mais do que tudo: que o homem se comporta da mesma forma em ambientes semelhantes, pois é movido por suas paixões.

É controversa a história editorial do *Behemoth*. Em sua autobiografia o filósofo afirma que escrevera, por volta dos oitenta anos, dois livros, um sobre a guerra civil inglesa e um, em versos latinos, sobre o surgimento e crescimento do poder insubordinado dos sacerdotes (OSTRENSKY, 2001, p. 5). Ao que tudo indica, a obra sobre a guerra civil inglesa é o *Behemoth ou o Longo Parlamento*. Escrito logo após a restauração, não houve nenhuma edição legal durante a vida do autor. Apesar de seu desejo de publicar o livro, não obteve autorização de Carlos II³. Assim, somente após três anos da morte do filósofo, é publicada sua obra, em 1682, por seu amigo e editor

²Ver Jó 40: 15-24. O *Leviatã* e o *Behemoth* aparecem na Bíblia nos capítulos 40 e 41 do livro de Jó. Enquanto o *Leviatã* é uma espécie de crocodilo ou dragão, representando um monstro marinho, *Behemoth*, o hipopótamo imperturbável, é um monstro terrestre.

³De acordo com Nádia Souki (2008, p. 136 e 137), havia alguns motivos pelos quais o ex-aluno de Hobbes negou-lhe o pedido de edição do livro. Na obra são apontados, de forma sutil, os erros táticos de Carlos I e seus conselheiros. O rei também é exposto em sua covardia ao abandonar seus ministros à vingança do parlamento.

William Crooke. Entretanto, manuscritos ilegais já circulavam e eram usados, curiosamente, pelos dois lados da revolução⁴.

Escrito sobre a forma de diálogo, onde os capítulos são divididos como intervalos de uma conversa mais longa entre duas pessoas, as opiniões dos personagens não são distintas. Diferente de um diálogo platônico, onde as opiniões dos personagens são diferentes e há uma descrição dos que participam do diálogo, no caso do filósofo inglês, não há descrição dos interlocutores. O que é possível afirmar é que um deles, identificado como “A”, presenciou a guerra e a relata, enquanto o segundo, “B”, ouve e faz considerações. O teor da conversa é de um relato que abarca o início da guerra, com as causas dessa e termina com a restauração do poder ao seu devido lugar, na visão de Hobbes: aos Stuart. Segundo o próprio autor, o primeiro diálogo trata-se de sementes da rebelião⁵, “certas opiniões a respeito da teologia e política” (HOBBS, *Behemoth*, Dedicatória, p. 23), já o segundo trata-se do desenvolvimento da guerra, com documentos⁶ que o parlamento e o rei trocaram durante o conflito. O terceiro e quarto capítulo de forma muito mais enxuta e menos analítica em relação aos outros dois, trata de uma descrição da guerra com poucas reflexões: “(...) os dois últimos são uma brevíssima sinopse da própria guerra, extraída da crônica do sr. Health⁷(...)” (HOBBS, *Behemoth*, Dedicatória, p. 23).

O objetivo sua narrativa não seriam digressões sobre os propósitos íntimos dos personagens envolvidos na guerra civil, mas suas causas, conflitos e artifícios que a produziram e como ela pôde ocorrer. Assim, no Diálogo I, Hobbes afirma, pela fala de “B”, quais seriam os objetivos de seu relato, após um breve período em que ambos

⁴Na primeira versão “legal” do *Behemoth* há uma nota do editor William Crooke sobre as edições espúrias e as difamações que o nome de Hobbes sofreu graças a elas. “I am compelled by force of truth to declare, how much both the world and the memory of Mr. Hobbes have been abused by the several spurious editions of the *History of the Civil Wars*; wherein by various and unskillful transcriptions, are committed above a thousand faults, and in above a hundred places whole lines left out, as I can make appear” (CROOKE, *The Bookseller to the reader*, p. 163).

⁵É importante colocar que a revolução inglesa só foi chamada por esse nome após a Revolução Francesa, anteriormente ela era simplesmente chamada de “grande rebelião” Segundo Eunice Ostrensky, o primeiro a designar a guerra civil como revolução foi o historiador François Guizot, provavelmente como alusão à Revolução Francesa (OSTRENSKY, 2006, p. 24).

⁶Os dois primeiros diálogos embora não tratem da guerra “em si”, são para Hobbes partes dela, já que, para o filósofo, a luta não é somente o combate, mas quando os homens estão dispostos a isso: “(...) Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar a batalha é suficientemente conhecida (...)” (HOBBS, *Leviatã*, Cap. XIII, p. 109).

⁷Autor de duas histórias da guerra civil.

conversavam sobre as virtudes e o uso que o clero fazia da doutrina de Aristóteles. Em determinado momento, “A” questiona se eles não haviam se afastado de seu propósito, “B” responde que não, já que, para o filósofo, não bastava descrever a guerra, mas entender porque ela ocorreu, descortinar suas causas, para que se pudesse aprender com o ocorrido.

Julgo que de modo algum vos desviastes, pois suponho que vosso propósito fosse inteirar-me da história, não tanto das ações ocorridas no tempo das últimas perturbações, como de suas causas, e dos conflitos e artificios que as produziram. Há vários homens que escreveram a história, com os quais poderia aprender o que se fez, e também algo do que foi tramado, mas neles pouco encontro do que desejava perguntar. Portanto, uma vez que foi do vosso agrado o meu pedido de travar esse diálogo, que agrade também a vós me informar segundo meu próprio método; e, quando ao risco de fazer confusão que possa resultar disso, cuidarei de vos trazer de volta ao lugar onde vos tirei, visto que bem me lembro onde ficava (HOBBS, Behemoth, Diálogo I, p. 85) [os grifos são meus].

Hobbes escreve este livro com oitenta anos, após a restauração. Embora pudesse se posicionar como um “vencedor”, afinal, sua teoria estava correta e o poder voltara ao seu devido lugar, o filósofo olha para aqueles tempos com certa melancolia, de quem procura entender o que passou, dar-lhe um sentido, mesmo que posteriormente. Se ler o humano é essencial para quem governa, entender os atos e compreender suas atitudes é um ponto fundamental. Se as paixões humanas são as mesmas⁸, como o filósofo afirma no Leviatã, os atos passados podem nos decifrar a natureza humana.

Os antigos até hoje são vistos como ponto de referência. Gostamos de nos imaginar como herdeiros do pensamento grego, de sua cultura e filosofia. Como se a imagem que fazemos disso correspondesse necessariamente ao que de fato ocorreu e como se fosse possível a história repetir-se, conforme o modelo trazido pela Antiguidade. Como mostra Francisco Murari Pires (2007) em seu texto sobre Tucídides, não só o Renascimento, mas vários períodos da história foram marcados por essa busca de inspiração no período clássico. Se o presente parece obscuro e de difícil entendimento, o passado nos traria a racionalidade perdida e nos faria desvendar as

⁸ “(...) Pretendia ensinar-nos que, a partir da semelhança entre os pensamentos e paixões dos diferentes homens, quem quer que olhe para dentro de si mesmo, e examine o que faz quando *pensa, opina, raciocina, espera, receia, etc.*, e por que motivos o faz poderá por esse meio ler e conhecer todos os pensamentos e paixões de todos os outros homens, em circunstâncias idênticas. Refiro-me às semelhanças das paixões que são as mesmas em todos os homens, *desejo, medo, esperança, etc.*, e não à semelhança de objeto das paixões que são as coisas desejadas, temidas, esperadas, etc (...) (HOBBS, Behemoth, Diálogo I, p. 28)[grifos no original].

linhas do próprio momento hoje vivido. Se temos a mesma natureza (e se essa existe), entender os antigos significa, em outras palavras, compreender a nós mesmos. O debate antigos e modernos não marca, desta forma, só o período intitulado como Humanismo, mas diversos momentos da história ocidental, surgindo de diferentes formas e em diversos contextos. Os antigos são maiores que os modernos e os modernos só são maiores porque subiram no ombro de gigantes ou os modernos superaram os antigos? A questão é a imitação ou a superação? Essas e outras questões não intrigaram apenas os modernos, mas marcam, de certa forma, nossa relação com os antigos atualmente também.

Quando falamos do debate antigos e modernos, o Renascimento e suas manifestações surgem como eixo principal do debate. Entretanto, se, nesse período, o confronto entre antigos e modernos foi, na maioria das vezes, o pólo aglutinador dos textos e discussões, a querela está longe de ter uma única definição, já que os próprios antigos tinham seus próprios “antigos”, reverenciados ou tidos como elementos a se ultrapassar. Ou seja, conforme coloca François Hartog (2003, p. 120), a própria Antiguidade é uma noção relativa.

O moderno só existe em contraposição ao antigo, assim como o antigo só pode ser denominado dessa forma se há uma contraposição com o “atual”. Os dois conceitos andam juntos e o debate só faz sentido no uso que se faz dos dois. Assim como o par cristão e pagão, heleno e bárbaro e homem e “não homem” (KOSELLECK, 2006, p. 191), antigos e modernos ganham definição na contraposição que criam na sua própria interlocução, de uma forma linguística. Entretanto, se no caso dos gregos, cristãos e “homens” a valorização já é subentendida⁹, nos antigos x modernos a valorização de um em relação ao outro não é tão clara. Dependendo da intenção do orador, os antigos podem ser melhores: nossos ancestrais, pais da civilização; por outro lado, os modernos podem se sobressair, graças ao efeito do tempo que acumula conhecimento e sabedoria frente ao passado. Diferente de helenos e bárbaros cuja separação é num primeiro momento geográfica e depois cultural (KOSELLECK, 2006, p. 202), o par antigos e

⁹Embora, como mostra Koselleck (2006), em certos momentos alguns considerados “menores” pudessem adquirir uma conotação positiva, superior aos primeiros inclusive. É o caso do bárbaro que, por vezes, foi colocado, em certos discursos como o “homem natural”, “original” em contraposição ao da cidade, da civilização, corrompido.

modernos tem sua definição e contraposição na barreira do tempo. Um antigo nunca será um moderno, assim como um moderno nunca será um antigo, entre eles há o abismo do tempo. Além disso, os antigos só existem pelos modernos já que os próprios antigos tinham os seus “antigos” e se viam como modernos em relação a eles. Ou seja, diferentes dos modernos, os antigos só existem na fala dos modernos. O par antigos e modernos não caminha separado, mesmo quando se usa um só dos termos, já que no uso de um subentende-se o outro. Usados desta forma, o par serviu como referência e forma de entender o mundo em diversos contextos.

A formação de Hobbes foi típica dos humanistas de sua época, desde a infância aprendeu as línguas clássicas e transitava com facilidade pelos autores clássicos, que haviam formado sua base conceitual, através da qual pensava, entendia e debatia. Quando jovem tornou-se preceptor de uma família da elite inglesa e com 40 anos publicou uma tradução que se destaca pela carga de trabalho e pela complexidade, “*A Guerra do Peloponeso*” de Tucídides. Feita com rigor, direto do grego, Quentin Skinner descreve o trabalho como tipicamente humanista (SKINNER, 1999). Embora Hobbes desejasse romper com essa tradição e se declarasse um seguidor das novidades da geometria e matemática, meu objetivo é perceber como Hobbes ao mesmo tempo que é moldado por esse contexto o usa para fins políticos, ou seja, convencer seus contemporâneos sobre o perigo iminente da guerra civil.

As referências aos antigos em quatro categorias principais que aparecem de forma distinta e não uniforme no texto: referências bíblicas ou relacionadas à religião, ataque aos que se baseavam nos antigos para a defesa de seus argumentos, analogia com a Antiguidade e a relação entre escolástica, universidade e rebelião. Escolhi essas categorias gerais afim de inteligibilizar minha análise da obra, afim de alcançar meu objetivo principal, que é entender como o uso dos antigos se configura em seu pensamento sobre história. O filósofo começa seu texto com uma imagem bíblica:

Se no tempo, como no espaço, houvesse graus de alto e baixo, acredito firmemente que o mais alto dos tempos seria o que transcorreu entre os anos de 1640 e 1660. Pois quem do topo, como da Montanha do Diabo, olhasse o mundo e observasse as ações dos homens, sobretudo na Inglaterra, descortinaria um panorama de todas as espécies de injustiça e de loucura que o mundo pode proporcionar, é como foram geradas pela hipocrisia e

presunção- aquela dobrada iniquidade, esta, dupla loucura¹⁰ (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I, p. 31) [grifos são meus].

Hobbes inicia seu relato evocando uma imagem bíblica. Se a metáfora do título parece sugestiva e evidencia alguns dos propósitos do pensador, levar seus leitores ao pináculo do templo, onde o Diabo leva Jesus para que ele se renda as riquezas e aos prazeres do mundo, evoca o caráter maligno e enganador daquela guerra. Lá, da “Montanha do diabo”, é possível enxergar o que fazem os homens na terra e observar as motivações que engendraram aqueles dias. Injustiça e loucura se fizeram presentes e ações que, em tempos de paz, não se efetivariam, já que, em guerra intestina, já não há noção de certo e errado, pois não há nenhuma lei constituída e nem juiz para afirmar o que é ou não bom (HOBBS, *Leviatã*, 1999, p. 110). Quando O Diabo leva Jesus ao Pináculo do Templo¹¹ ele pode vislumbrar mais claramente as riquezas e prazeres do mundo. O tentador lhe oferece tudo, já que tudo que havia sido entregue, apenas havia um pedido, que ele lhe adorasse. Jesus recusa a oferta e o Diabo retira-se. A passagem bíblica, parafraseada por Hobbes, lembra o lugar do engano, da ilusão, para aqueles cujo vocabulário comum era o religioso.

Contudo, o que seria a montanha? Por um lado, ela é o ponto mais alto, uma metáfora para o futuro, ou o presente da escrita do autor, onde ele pode, passados aqueles tempos, discernir mais claramente o que então se passou. O presente olha para o passado e procura entender o que aconteceu, descortinar aqueles tempos e dar explicação e compreensão ao que, em um primeiro olhar, não tem sentido. Da Montanha é possível discernir e é como se os dois personagens estivessem lá, tendo este diálogo, na busca de dar um sentido posterior. Inclusive “B” pede a “A” que o leve a essa montanha, lugar de discernimento e de conhecimento, poderíamos dizer. Se no presente, muitas vezes, os fatos não são claros, no futuro eles se tornam distinguíveis e julgáveis.

¹⁰“If in time, as in place, there were degrees of high and low, I verily that highest of time would be that which passed between 1640 and 1660. For that thence, as from the *Devil’s Mountain*, should have looked upon the world and observed the actions of men, especially in England, might have had a prospect of all kinds of injustice, and of all kinds of folly, that the world could afford, and how they were produced by their hypocrisy and self-conceit, whereof the one is double iniquity, and the other double folly (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I, p.165).

¹¹“(…) Levou- o Diabo a um monte muito alto, mostrou-lhe todos os reinos do mundo e a glória deles e lhe disse: - Tudo te darei se, prostrado, me adorares. Então, Jesus respondeu: - Retira-te Satanás, porque está escrito ao Senhor teu Deus adoraras, e só a ele darás culto (...)” (Mateus 4, 7-10).

A segunda categoria de análise são suas críticas aos que se utilizavam dos antigos como exemplo. Sendo ele um leitor das obras clássicas, podemos imaginar que em sua opinião só poderiam ler tais obras pessoas que tivessem um correto entendimento da Ciência Moral. Segundo o pensador, não era o que ocorria, pelo contrário, quem as lia as utilizava arbitrariamente para entender o seu contexto. Assim, o soberano era, através da leitura de tais livros chamado de “tirano” e a democracia, seguindo a mesma lógica, era chamada de “liberdade”. Dessa forma, quando enumera “os sedutores”, que aliciavam o povo contra o soberano, Hobbes salienta o papel daqueles que liam os antigos e os utilizavam como exemplo.

(...) havia um número excessivamente grande da melhor espécie, educados de tal modo que, tendo lido em sua juventude os livros de homens célebres das antigas repúblicas grega e romana acerca da liberdade da política e de seus feitos – livros nos quais o governo popular era enaltecido pelo glorioso nome de liberdade e a monarquia desgraçada pelo nome de tirania- apaixonavam-se por suas formas de governo. Dentre esses homens se escolhia a maior parte da Câmara dos Comuns, ou, se nela não formavam a maioria, com as vantagens de sua eloqüência todavia sempre conseguiam exercer influência sobre os demais (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I, p.33).

A terceira categoria de análise se refere às analogias que Hobbes faz com a Antiguidade no decorrer de seu relato. Dessa forma, na defesa de suas posições constantemente o pensador recorrer aos exemplos dos antigos para referendar o que acredita. No Paralelo entre Inglaterra e Escócia e Roma e suas colônias, são diversas as analogias com as histórias que Hobbes lera anteriormente. Numa dessas referências, o pensador fala sobre a crença comum que os filhos herdam os dons dos pais.

(...) Na longa guerra entre Atenas e Esparta, um general ateniense obteve muitas vitórias por mar contra os espartanos, razão pela qual depois de sua morte escolheram seu filho como general, com maus resultados. Os romanos, que conquistaram Catargo, em virtude do valor e da conduta de Cipião, quando tiveram que guerrear novamente na África contra César, escolheram como general um outro Cipião, homem bastante valoroso e sábio, que todavia pereceu no empreendimento (...) É apenas uma tola superstição acreditar que Deus transmita o êxito da guerra através de um nome ou uma família. (HOBBS, *Behemoth*, Diálogo I, p.33).

A quarta e última categoria de análise é mais presente na escrita do pensador. Segundo ele, o grande coração da rebelião na Inglaterra era a universidade, de lá vinham os pregadores, que, seduzindo o povo, o colocavam contra seu soberano. Era necessário

mantê-las, já que faziam parte da república, mas no lugar da escolástica – grande inimiga da República, de acordo com o pensador – deveriam ser ensinadas e posteriormente pregadas as leis inglesas. Dessa forma, e somente assim, haveria paz, e o estado poderia estar tranqüilo. Assim, “A” descreve como teriam surgido as universidades:

(...) Na mesma época, ou seja, no período que transcorreu entre o imperador Carlos Magno e o rei Eduardo III, da Inglaterra, deu-se início à segunda política do clero, a saber, transformar a religião numa arte e com isso sustentar todos os decretos da Igreja Romana, mediante disputas, baseadas apenas nas escrituras, como também na filosofia tanto moral como natural de Aristóteles (...) (HOBBES, *Behemoth*, Diálogo I, p.49)

As categorias que escolhi basearam-se em meu ponto de vista e numa leitura que proponho para a obra do filósofo. Da mesma forma, outra são plausíveis e executáveis, entretanto, meu objetivo tem sido entender porque Hobbes se utiliza desses elementos persuasivos e que funções a referência aos antigos tem em seus textos e teriam nos seus prováveis leitores. Eles não são meros recursos estilísticos, mostras de erudição do pensador, são veículos de persuasão, de convencimento. No entanto, para compreender isso, se faz necessário um entendimento dos recursos argumentativos usados por ele e do modo como ele os utiliza em sua obra.

Bibliografia utilizada:

CÍCERO. A origem da História, as leis da história e a eloquência do fórum. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

CROOKE, William. To the Bookseller to the reader. In: HOBBES, Thomas. **Behemoth: the history of the causes of the civil wars and artifices by wich**. Oxford: Oxford Univesity, 1966.

_____. A história do meu consulado. In: HARTOG, François. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do outro**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A história de Homero a Santo Agostinho**. Tradução de Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

HOBBES, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento**. Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Behemoth; or the Long Parliament.** Edição: Ferdinand Tönnies. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.** Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Edição: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor. Rodilla, Miguel Ángel (org). **Vida de Thomas Hobbes de Malmesbury escrita em verso por el autor.** Madrid: Editorial Tecnos S. A., 1992.

KOSELLECK, Reinhard. **Futuro Passado.** Tradução de Wilma Patricia Mass e Carlos Almeida Ferreira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OSTRENSKY, Eunice. Advertência ao leitor. In: HOBBS, Thomas. **Behemoth ou o Longo Parlamento.** Tradução de Eunice Ostrensky. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. **Revoluções no Poder.** São Paulo: Alameda, 2005.

PIRES, Francisco Murari. **Modernidades Tucideanas.** São Paulo: EDUSP, 2007.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. **Razão e Retórica na Filosofia de Thomas Hobbes.** Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: UNESP, 1999.

TÖNNIES, Fernando. **Thomas Hobbes.** Madrid: Revista de Occidente, 1932.

THUCYDIDES. **The Peloponnesian War.** The Complete Hobbes Translation. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.

TUCIDIDES. **História da Guerra do Peloponeso.** Tradução de Mário Gama Cury. Brasília: Editora Universalidade de Brasília, 2001.